

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.014.412 - MT (2016/0295960-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : MARIA CRISTINA FIGUEIREDO PAES DE BARROS
AGRAVANTE : ROBER CAIO MARTINS RIBEIRO
AGRAVANTE : JOÃO LUCAS FIGUEIREDO PAES DE BARROS
AGRAVANTE : JOÃO GABRIEL FIGUEIREDO RIBEIRO
AGRAVANTE : ROBERLEY RODRIGUES RIBEIRO
ADVOGADO : ROBERLEY RODRIGUES RIBEIRO (EM CAUSA PRÓPRIA) E
OUTROS - MT003022
AGRAVADO : BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADOS : RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - MS005871
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI - MT011660

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. PERDAS E DANOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. LUCROS PRESUMIDOS OU HIPOTÉTICOS. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA N. 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A indenização por lucros cessantes não é admitida sem sua efetiva comprovação, devendo ser rejeitados os lucros presumidos ou hipotéticos, dissociados da realidade efetivamente comprovada. Precedentes.
2. Inadmissível o recurso especial quando o entendimento adotado pelo Tribunal de origem coincide com a jurisprudência do STJ (Súmula n. 83/STJ).
3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente), Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator